

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1345 - 23/05/2016 a 29/05/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

CUSTO DE PRODUÇÃO

REFERÊNCIAS PARA A OVINOCULTURA

Diversificação

O surpreendente cogumelo

Memória

60 anos de extensão rural

www.sistemafaep.org.br

Uma boa notícia da semana passada foi o aceno de uma mudança na política internacional do Brasil. O ministro José Serra, das Relações Exteriores, definiu uma guinada na forma como o Brasil se relaciona com outras nações. Sai de cena a política de apoio aos populismos latino-americanos que dominou os últimos 13 anos – por falta de definição melhor, vale a expressão “política bolivarianista”. Em seu lugar, entra um enfoque mais pragmático: o Brasil vai dar prioridade ao comércio internacional, multiplicando seus laços de comércio e ampliando o contato com mercados importantes.

Para quem exporta – e esse é o caso do produtor rural –, é um alívio. A nova diplomacia tende a ser mais dinâmica, buscando contato com alianças internacionais que se formaram em um período em que o Brasil congelou no tempo.

Bom sinal. Vamos ver o que mais vem por aí...

Boa leitura!

Índice

Economia	03
CAR	04
Reintegração de Posse	06
Tecnologia	07
Emater	08
Transgênicos	11
Cogumelos	12
Ovinocultura	16
Bem-estar	20
Lei da Integração	22
SENAR-PR / Agrinho	24
Conseleite	26
Notas	27
Eventos Sindicais	28
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná
Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradí Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR
Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP; Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal: Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo
Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Franco Iacomini | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, André Amorim e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1345: Fernando Santos, Milton Doria, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

Paraná é líder nacional no VBP da pecuária

Dados do Ministério da Agricultura foram divulgados na semana passada

Por Tânia Moreira Alberti, economista da FAEP

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou no último dia 16 de maio o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) com atualização referente a abril. Segundo o MAPA, o VBP nacional de 2016 deverá totalizar R\$ 508,4 bilhões, sendo R\$ 332,5 bilhões representando por lavouras e R\$71,8 bilhões pela pecuária. O valor é 1,5% inferior ao registrado em 2015, explicado pela redução nas estimativas de produção para 2016.

Segundo a Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), a produção de grãos deverá totalizar 202,34 milhões de toneladas na safra 2015/16, abaixo da estimativa inicial que apontava para safra recorde de 210,3 milhões de toneladas. As estimativas da safra atual apontam para uma produção abaixo da safra anterior (207,67 milhões de toneladas). Os resultados do VBP regional continuam mostrando a liderança da região Sul, destacadamente para o Paraná com maior VBP em pecuária.

Pecuária

O VBP paranaense para pecuária é estimado em R\$ 24,4 bilhões, assumindo a liderança nacional, representando 14% do VBP nacional de pecuária.

O VBP de frango é o segundo maior do Estado, com participação de 24% no VBP paranaense. No VBP nacional de frango a participação do Paraná é de 30%, como o Estado de maior VBP para o frango.

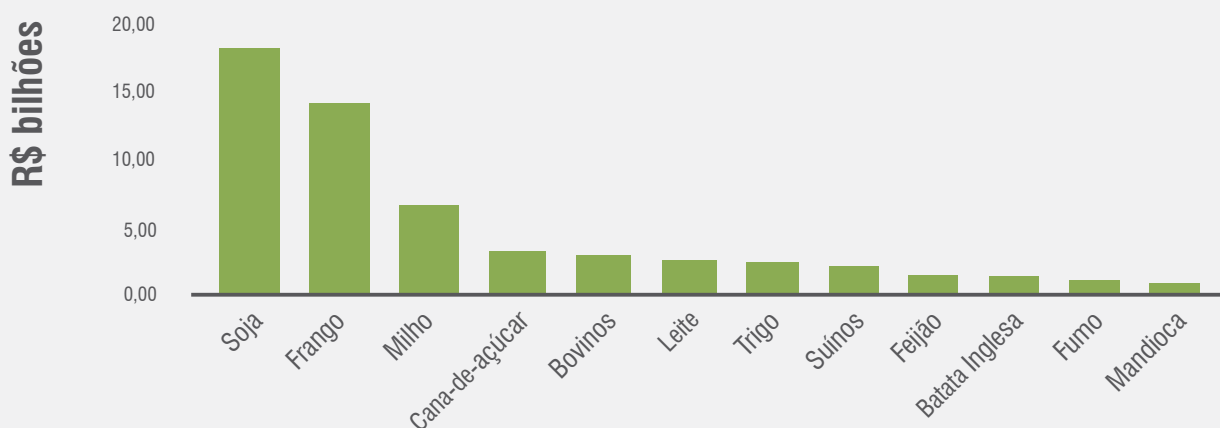
Para atividade de suínos o Paraná é o terceiro Estado de maior VBP, representando 17% do VBP nacional de suínos.

Lavouras

O VBP paranaense para lavouras é estimado em R\$ 40,3 bilhões, representando 12% do VBP nacional de lavouras. Em relação a 2015, é estimado crescimento de 16%. A Conab estimou crescimento de apenas 0,2% da safra paranaense de grãos em 2015/16 em relação à safra passada, totalizando 37,65 milhões de toneladas, como segundo estado de maior produção.

A soja é a cultura de maior VBP no Estado, com participação de 30% do VBP paranaense. O VBP da soja deve cair 1% em relação a 2015, segundo o Mapa. O aumento no VBP das lavouras paranaenses é impulsionado pelo crescimento do VBP da produção do milho, de 14% em relação ao ano passado, com preços médios nominais maiores que no ano anterior.

ESTIMATIVA VBP PARANAENSE 2016



O balanço final

Várias barreiras foram vencidas nos últimos dois anos, mas ainda são necessárias ações de sensibilização e capacitação para os produtores que ainda não fizeram o cadastro



Carla Beck

engenheira-agrônoma
da FAEP

O prazo de dois anos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), descritos na Lei nº 12.651/2012, encerrou-se no último dia 5 de maio. Nesse período várias barreiras tiveram que ser vencidas. A implantação do CAR, as várias versões do programa, a capacitação aos técnicos e facilitadores, a implantação de regras claras aos Estados e a sensibilização e divulgação aos produtores para adesão ao Cadastro.

O Sistema FAEP/SENAR-PR treinou mais de cinco mil facilitadores para auxiliar nesse trabalho. Mesmo assim não foi sufi-

ciente. Os números apresentados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) mostram o balanço dos dois anos do CAR.

Se considerarmos o número de imóveis rurais no Paraná, de acordo com dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) temos 514.632 imóveis. Desse total, 313.387 mil efetuaram o cadastro, o que corresponde a 60,8% de imóveis cadastrados.

Já se seguirmos os dados do IBGE, os números de imóveis rurais do Paraná são 371.073, assim, os cadastros equivalem a 84,46% do total. Porém, consideraremos os dados do Incra nessa análise, já que a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira declarou que, a partir do CAR, descobriu-se que a base de dados do IBGE já não representa a realidade agrícola do Brasil. “O CAR, portanto, revelou uma nova malha fundiária para o país. Descobrimos um novo Brasil”, disse a ministra durante a última divulgação dos números do Sistema de Informações do Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

Se considerarmos a área passível de cadastro no Paraná, temos um total de 15.391.782 hectares, o que equivale a 73,60% de área cadastrada no Sicar, algo próximo aos dados do Incra.

Em março e abril, dois últimos meses de prazo para o preenchimento do cadastro, os números no Sicar aumentaram gradativamente – algo semelhante ao ocorrido no ano passado. Em fevereiro foram realizados 9.905 cadastros, em março, 24.506, e em abril a quantidade de cadastros atingiu o pico de 62.298 imóveis.

O Sicar apresentou uma série de problemas em março que se acentuaram em abril, impedindo que muitos outros produtores concluíssem seu CAR. Por exemplo, muitos dos que realizaram o cadastro não conseguiram emitir o recibo e nem retificar as informações. Ou, quando conseguiam, eram incompletos, não sendo aceitos pelos cartórios. Esses produtores precisam agora entrar novamente no sistema para retificação ou emissão de recibo na central do proprietário ou possuidor.

Perfil dos Imóveis

Segundo dados divulgados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), no Paraná 93,26% dos imóveis com até quatro módulos fiscais foram cadastrados no Sicar.

No Paraná temos 472.514 imóveis, faltando 63.052 imóveis para serem cadastrados. O que significa que foram cadastrados apenas 61%, uma diferença de 32,26 pontos percentuais em relação aos dados do SFB. Lembrando que os imóveis que estão nesta categoria (de quatro módulos fiscais) e ainda não fizeram o seu cadastro foram beneficiados pela Medida Provisória (MP) 724/2016, que prorrogou em um ano o prazo para imóveis de até quatro módulos, com todos os benefícios e adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Imóveis com mais de quatro módulos

De 4 a 15 módulos fiscais, temos ainda 49% dos imóveis para serem cadastrados no Paraná, segundo dados do Incra que registra 31 mil imóveis nessa faixa, diferente dos 15 mil considerados pelo IBGE.

Os imóveis com mais de quatro módulos não foram contemplados na MP 724/2016 e, por isso, aguardam a sanção presidencial da MP 707/2016, aprovada pelo Senado no último dia 17 com uma

emenda que prorroga o prazo até 2017 para todos os imóveis.

A falta de adesão ao CAR se deve principalmente à falta de regras claras de compensação de Reserva Legal (RL), uma vez que, imóveis superiores a quatro módulos fiscais precisam de 20% de RL.

Próximos passos

Para vencermos essa etapa de cadastramento, precisamos realizar ações coletivas de sensibilização e capacitação para o preenchimento do cadastro dos produtores que ainda não o fizeram.

A MP 707/2016 é importante para a regularização dos imóveis maiores que quatro módulos, considerando os dados já apresentados, que demonstraram as dificuldades do sistema que, inclusive, sofreu alteração da sua versão nos últimos dias de prazo para o encerramento.

É necessária também a implantação do PRA. O governo federal precisa regulamentar a compensação de Reserva Legal por Cotas de Reserva Ambiental (CRA) para que os que aderiram ao PRA possam fazer uso desse recurso.

DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE IMÓVEIS POR MÓDULOS FISCAIS

TAMANHO DOS IMÓVEIS	Nº DE IMÓVEIS CADASTRADOS	
	(nº)	(%)
0 a 4 MF	292.264	93,26%
4 e 15 MF	15.973	5,10%
Superior a 15 MF	5.150	1,64%
TOTAL	313.387	100%

¹ As informações correspondem aos dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) em 30/04/2016 incluindo cadastros em Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável cadastradas no SICAR, nas quais admite-se a permanência de populações tradicionais

² O número total de imóveis não considera a população residente no interior das Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável cadastradas no SICAR

Lei cumprida com eficiência

Ação da Polícia Militar e do governo do Estado na Fazenda Santa Maria, em Santa Terezinha de Itaipu, é exemplo na reintegração de posse



Ação em Santa Terezinha de Itaipu reuniu cerca de 500 policiais

Na semana passada, a Fazenda Santa Maria, no município de Santa Terezinha de Itaipu, na região Oeste do Paraná, foi desapropriada por ordem da Justiça após dois meses ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No dia 18 de março, a propriedade as margens da BR-277 havia sido invadida por cerca de duas mil famílias do MST, que reivindicavam a área para a reforma agrária.

Após os proprietários conseguirem, por meio de medidas judiciais, a reintegração da posse da área invadida, a ordem judicial começou a ser cumprida na terça-feira (17), por cerca de 500 policiais militares. Desde o início do processo, o comando da operação utilizou do diálogo para coordenar as ações junto aos integrantes do MST. Neste processo, as partes chegaram a um acordo para que a retirada do grupo ocorresse, de forma pacífica, em 48 horas, prazo que se encerrou na última quinta-feira (19).

Apesar de um início tumultuado, quando dois caminhões da própria fazenda foram incendiados na BR-277, interditando a rodovia nos dois sentidos, o diálogo entre as partes prevaleceu. “O trabalho da polícia foi muito coerente, bem coordenado e com precisão. Desde o início existiu a oportunidade para a negociação”, destaca Paulo Roberto Orso, presidente do Sindicato Rural de Cascavel, que acompanhou o processo. “A lei foi cumprida, sem truculência. A Polícia Militar e governo do Estado estão de parabéns”, complementou.

Para o presidente do Sindicato Rural de São Miguel do Iguçu, José Carlos Colombari, a desapropriação foi conduzida de forma exemplar. Colombari participou de duas reuniões entre as partes envolvidas no processo ao longo dos 60 dias de negociação. “Desde o início, a preocupação do governador Beto Richa era evitar um novo desastre, como o

que ocorreu em Quedas do Iguçu. O objetivo era a remoção com segurança e dar um destino para as pessoas”, destaca.

A Fazenda Santa Maria tem 1.750 hectares, sendo 500 hectares de Reserva Legal e mata ciliar, 300 hectares de agricultura e 900 hectares de pastagem para gado de corte. A área também possui uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de 242 hectares, que faz parte do corredor da Biodiversidade Santa Maria – faixa de vegetação que liga o Parque Nacional do Iguçu ao Parque Nacional de Ilha Grande.

De acordo com nota divulgada pelos proprietários da Fazenda Santa Maria, a utilização dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente no local são realizadas de maneira inquestionável, cumprindo de forma exemplar a sua função social, produzindo, gerando empregos diretos e indiretos e contribuindo com a arrecadação municipal ante o pagamento de tributos.

Satélites a seu serviço

FAEP realiza treinamento de técnicos para operação de software de georreferenciamento que poderá ajudar no preenchimento do CAR, do PRA e no planejamento das atividades rurais



Os participantes do curso aprenderam na prática a operação do software

Com objetivo de facilitar o planejamento das atividades agropecuárias e na conservação do solo e da água, o Sistema FAEP/SENAR-PR realizou, na última semana, um curso para utilização do software de georreferenciamento QGIS, uma plataforma digital gratuita que possibilita visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

Na ocasião participaram diversos técnicos da FAEP e do SENAR, que servirão como multiplicadores, levando o conhecimento sobre o programa para outros profissionais da área em todas as regiões do Estado. A ferramenta deverá ajudar, principalmente, na inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

“Através da análise de imagens de satélite é possível trabalhar a questão da regularização ambiental e a adequação ao Novo Código Florestal”, afirma Carla Beck, engenheira agrônoma do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

Similar a outros softwares de georreferenciamento, o QGIS permite ao usuário criar mapas com várias camadas usando diferentes projeções de mapa. Como se trata de um software livre,

ele pode ser modificado para executar tarefas mais especializadas, direcionadas às funcionalidades necessárias na atividade rural. “Você consegue agregar e analisar diversas informações, como altitude e declividade, e cruzar com área onde tem mata, rios, etc.” explica o especialista em geoprocessamento Helcio de Russi, que ministrou o curso.

Para o engenheiro-agrônomo e consultor Aníbal Pacheco, que participou do curso, uma das principais vantagens do software é a possibilidade de planejar a atividade rural. “Normalmente os produtores têm mais de uma atividade agropecuária, com a imagem de satélite você vai ter a localização exata das culturas”, observa.

Outro ponto é o uso do software como ferramenta para a conservação ambiental. “Você pode se planejar melhor principalmente observando quais são as áreas mais suscetíveis à erosão”, diz. Outro benefício observado pelo consultor diz respeito à legislação ambiental à qual os produtores rurais devem se adequar. “Na hora de fazer o PRA, o produtor vai precisar fazer a Área de Proteção Permanente e a Reserva Legal juntamente com a suas atividades agropecuárias, o programa vai facilitar tudo isso”, afirma.

60 anos de extensão rural

Ao longo das últimas seis décadas, entidade desenvolveu papel fundamental na transformação da agropecuária paranaense

Por Carlos Guimarães Filho



Ao longo das últimas décadas, extensionistas desenvolveram trabalho educativo no 399 municípios do Estado

A história de sucesso da agropecuária do Paraná, seus avanços, recordes e conquistas, é escrita por inúmeros agentes, cada qual com seu papel e importância. Dentre os diversos capítulos, um específico, onde está inserida a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Instituto Emater), merece destaque.

Responsável pelo serviço oficial de extensão rural no Estado, a Emater completa 60 anos no próximo dia 20 de maio, com inúmeros motivos para comemorar. Ao longo deste período, a empresa desenvolveu papel fundamental nos avanços da agricultura e pecuária estadual, no uso de tecnologias sustentáveis no campo e mesmo na estruturação das cooperativas, desde as que faturam bilhões de reais/ano até as familiares, que nascem pequenas, mas são fundamentais para o homem do campo.

“O trabalho de extensão acompanhou todos os ciclos da agricultura no Paraná. Podemos dizer que a Emater participou ativamente da evolução da agropecuária estadual”, ressalta o presidente da entidade, Rubens Ernesto Niederheitmann, que ingressou na empresa no início de 1979, como extensionista na região de Ponta Grossa.

Sem nunca descansar, faça sol ou chuva, os profissionais ex-

ensionistas, peças essenciais no motor da agropecuária paranaense, são os disseminadores do trabalho educativo e contínuo junto aos produtores rurais dos 399 municípios do Estado. Atualmente, a Emater atua em dezenas de ações que ajudam a fortalecer o agronegócio estadual e, inclusive, desencadear ganhos para outros setores da economia.

“A preocupação sempre foi que o produtor tenha o maior retorno financeiro possível, pois isso melhora a vida das famílias no campo. Essa renda colabora para o comércio das pequenas cidades que acabam dinamizando a economia local”, reforça Niederheitmann. Atualmente, 80% dos 399 municípios do Paraná são considerados rurais.

Desdobramento

Nas décadas de 1970 e 1980, a Emater, por meio do profissional que ocupava o papel de assessor cooperativista, ajudou a estruturar as cooperativas do Estado. Hoje o sistema é o maior do país, faturando mais de R\$ 60 bilhões/ano. Esse grupo de empresas tem influência direta no desenvolvimento agroindustrial do Paraná.

“Muitos presidentes de cooperativas que aí estão foram funcionários da Emater. No passado, a entidade atuou fortemente na construção das empresas, na época que tínhamos no quadro o assessor cooperativista. Hoje não temos a mesma participação porque aprenderam a caminhar sozinho”, relembra Richard Golba, diretor administrativo da Emater, mencionando José Aroldo Galassini, Valter Pitol e Irineu da Costa Rodrigues, atuais presidentes da Coamo, de Campo Mourão, Copacol, de Cafelândia, e a Lar, em Medianeira, respectivamente. No início das carreiras, eles foram assessores cooperativistas da Emater.

Nem por isso, o serviço foi deixado de lado. No momento atual, os profissionais da Emater atuam no assessoramento das mais de 300 cooperativas de agricultura familiar nas áreas de frutas, hortaliças, leite e produtos orgânicos espalhadas pelo Paraná. “Nós estamos juntos com esse segmento, que está crescendo. A característica da Emater sempre é a proximidade com o elo mais fraco. Conforme a estrutura se fortalece e começa a caminhar sozinha, nos afastamos”, pontua Golba.

Futuro

Para os próximos anos, a Emater tem um plano de atuação muito bem traçado. O objetivo é atuar fortemente nas formas de fazer agricultura de menos impacto, conservando os recursos naturais, a produção de alimentos seguros a preços acessíveis e o manejo de pragas. No segmento da gestão dos recursos naturais como solo, água e

florestas, a entidade é protagonista de todos os grandes programas de governo em relação à preservação da natureza.

Um exemplo do sucesso é o projeto ‘Plante seu Futuro’, com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, que trabalha na conscientização dos produtores em relação ao uso racional de agrotóxicos nas lavouras. Nos campos participantes, a aplicação de produto diminuiu 50%. “A agricultura do futuro terá que ser de menos impacto. A Emater tem papel fundamental para atingir esse objetivo”, diz o presidente da Instituição.

O programa atua também na conservação do solo no Estado. De acordo com dados da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab), 30% dos cerca de seis milhões de hectares cultivados no Paraná necessitam de intervenção imediata por conta da erosão. No curto prazo, caso o problema não seja contido, a produtividade das próximas safras de grãos pode ser comprometida.

“Hoje são 400 propriedades-referência que utilizam a metodologia [do Plante seu Futuro], e chamamos os vizinhos para fazer a difusão. A Emater precisa ser a coordenadora de projetos como esse e, em parceria com sindicatos, prefeituras e o setor privado, realizar o desenvolvimento integrado. A realidade precisa ser ampliada”, destaca Niederheitmann.

Para isso, é necessário reforçar o quadro de funcionários. Hoje são 1090, sendo 800 técnicos. A expectativa é contratar, no curto prazo, os 400 aprovados no concurso realizado no dia 2 de junho de 2014 e que ainda aguardam convocação. No passado, a empresa já chegou a ter 2,5 mil colaboradores.



Desafio para os próximos anos é o trabalho de conservação dos recursos naturais, fundamentais para a agricultura

Origem

A história da Extensão Rural no Paraná começou no dia 20 de maio de 1956, quando foi instalado o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) – Projeto 15, por meio de um convênio firmado entre os governos paranaense e norte-americano. À época, o objetivo era melhorar a produtividade da agricultura.

A iniciativa deu certo e, ao término do prazo do projeto, a ONG Associação de Crédito e Assistência Rural (Acarpa) assumiu a continuidade dos trabalhos. Posteriormente, quando o governo do Estado assumiu a assistência aos produtores, a Acarpa deu lugar à Emater, que em 2005 foi transformada em autarquia, o Instituto Emater.

Comemoração

A diretoria da Emater programou uma série de eventos ao longo do ano para comemorar os 60 anos de criação da empresa. O pacote de festividades inclui exposição fotográfica, caminhadas rurais, cursos, palestras, entre outros eventos.

O ponto alto pode ser considerado o resgate do fusca utilizado na década de 1970 pelos extensionistas. Um modelo está sendo recuperado e preparado, exatamente como antigamente, para percorrer oito cidades polos do Estado ao longo dos próximos meses. Em cada local, o automóvel ficará dois dias para fazer a ativação da marca Emater junto aos produtores rurais e população.

Nas ondas do rádio

Parte significativa das seis décadas de história da Emater foi contada no rádio. No ar desde 1976, o programa O Homem e a Terra completou 40 anos ininterruptos no dia 10 de maio.

A origem do programa rural mais antigo do Paraná não tinha pretensões tão audaciosas. No longínquo ano de 1976, a Associação de Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (Acarpa), atual Instituto Emater, criou o informe 'Atualidades Seag', transmitido em caráter experimental por uma emissora de rádio na região Sudoeste do Estado. A intenção era modesta, que os extensionistas pudessem divulgar informações gerais, data de reuniões e cursos. Porém, bastaram apenas três meses para o informe ganhar notoriedade e audiência e conquistar um horário fixo na emissora.

Atualmente, O Homem e a Terra é

transmitido por 115 emissoras do Paraná, de segunda a sexta-feira. Com duração de 10 minutos, o programa repassa, como se fosse uma simples conversa, informações e orientações, desde temas técnicos do campo até dicas de saúde. Experiências na agricultura paranaense, que obtiveram êxito também são relatadas. Assim como entrevistas com técnicos e/ou produtores sobre determinados temas.

Ao longo das quatro décadas, diversos apresentadores passaram pelo programa. No início, a apresentação era comandada por Reinaldo Camargo, sucedido por Sérgio Luis Pichetto. Além deles, outros profissionais como Paulo Netto, Raquel Rizzo e Clarice Rolim de Moura assumiram a cadeira de apresentador. Hoje, quem sintetiza 'O Homem e a Terra' escuta a voz do jornalista Ramon Ribeiro.

As gravações são realizadas diariamente no estúdio da Emater, em Curitiba. Posteriormente, são disponibilizadas via internet para as 115 rádios, sem qualquer custo -- basta assumir o compromisso de transmitir o conteúdo sem qualquer interferência ou alteração. Essa rede de emissoras espalhadas por todas as regiões do Estado permite disseminar, de forma eficiente, as ações realizadas pelos extensionistas da entidade por meio de informações de qualidade e do interesse das comunidades rurais.



Programa O Homem e a Terra completou 40 anos no ar

Sem risco para o consumidor

Pesquisadores dos Estados Unidos revisaram os estudos sobre alimentos geneticamente modificados e não encontraram problemas



Os alimentos produzidos com plantas geneticamente modificadas são seguros para o consumo humano e não causam danos ao meio ambiente, de acordo com análise feita por 50 cientistas e publicada na semana passada pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. O documento diz, por outro lado, que não há evidências de que a tecnologia de engenharia genética seja capaz de aumentar o rendimento da produção agrícola.

Cerca de 20 cientistas elaboraram o relatório de 400 páginas, após consulta a mais de mil estudos científicos e avaliação de mais de 20 anos de dados sobre doenças e plantações. O foco do relatório foram culturas transgênicas importantes na economia americana.

O relatório conclui, com base em análises químicas, que os alimentos transgênicos não oferecem riscos à saúde. O grupo também avaliou a incidência de determinadas doenças, comparando suas taxas de ocorrência na América do Norte, onde os transgênicos são parte da dieta desde 1996, e na Europa Ocidental, onde os alimentos biotecnológicos estão pouco presentes. A conclusão é de que "não há evidências de aumento na incidência de câncer, obesidade, doença hepática, autismo, doença celíaca ou alergias alimentares".

Publicidade

Sobre os impactos ambientais, o relatório diz que "não há evidência conclusiva de uma relação de causa e efeito entre culturas transgênicas e problemas ambientais". O uso de variedades resistentes a insetos, segundo o documento, levou a uma redução do uso de inseticidas químicos. O uso de variedades resistentes a herbicidas, por outro lado, levou ao aumento do uso de agrotóxicos.

Segundo o relatório, novas técnicas como a edição de genomas — usada para fazer pequenas modificações genéticas nas plantas — estão deixando cada vez mais tênue a fronteira entre as plantas transgênicas e as convencionais. Isso estaria tornando insustentáveis os sistemas regulatórios existentes, como o controle dos rótulos de produtos com base em plantas transgênicas. Os autores recomendam a criação de um novo sistema que tenha mais foco nos atributos de cada cultura, em vez de voltar a atenção para a maneira como cada uma delas é criada.

O relatório conclui que o uso da biotecnologia trouxe benefícios econômicos a fazendeiros — como a proteção contra insetos —, mas não parece ter acelerado a taxa de rendimento de culturas como milho, soja e algodão. "A conclusão, depois de ler o relatório, é que as plantas transgênicas são mesmo apenas plantas. Elas não são a panaceia que clamam alguns proponentes nem o temível monstro apontado por outros", comentou Wayne Parrott, professor de Ciências do Solo da Universidade da Geórgia, segundo o jornal *The New York Times*.

Isenção

O documento diz que nenhum dos autores atua em empresas de biotecnologia que produzem transgênicos, embora alguns já tenham desenvolvido plantas geneticamente modificadas e tenham sido consultores dessas empresas.

(Reproduzido do site do jornal O Estado de S. Paulo)



Assista o vídeo desta reportagem no nosso site
www.sistemafaep.org.br

Cogumelo dá novo fôlego à agricultura da RMC

Em pouco mais de 20 anos, Tijucas do Sul e outros municípios da região saíram do zero para se tornarem polos nacionais da cultura

Por Carlos Guimarães Filho

A produção de cogumelos Paris nasceu de forma despretenhiosa, numa estufa de 50 metros quadrados no fundo de uma pequena propriedade em Tijucas do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba. O início exigiu coragem de apostar em algo novo, investimento financeiro e contínuo aprendizado para aprimorar as técnicas. A aposta foi recompensada. Hoje, a atividade é um dos motores da economia rural de vários municípios da região, sendo

Tijucas uma referência nacional

A produção de cogumelo chegou a Tijucas do Sul há mais de duas décadas. Nos longínquos anos de 1994 e 1995, as lavou-ras de São Paulo, maior produtor do Brasil, foram contaminadas, o que comprometeu a atividade. Sem condições para produzir, os agricultores procuraram outras regiões. Na pesquisa, Tijucas logo despontou, principalmente em função do clima úmido que



colabora diretamente para o desenvolvimento do fungo.

“Trabalhei um ano e meio com um desses produtores de São Paulo. Acabei usando a experiência adquirida para montar minha própria estufa e começar a produzir”, relembra o produtor José Pedro de Oliveira, considerado o pioneiro na atividade na região (leia mais na página 15).

A estufa de Oliveira se tornou referência, espécie de cartão de visita, como o próprio define. Na época, semanalmente, dezenas de outros produtores, até então envolvidos com hortaliças e fumo, batiam palmas na porteira da propriedade com o intuito de conhecer o sistema de produção dos cogumelos comestíveis.

Bastaram os relatos de como o manejo é simples (pode ser realizado pelos integrantes da família), investimento inicial baixo (R\$ 20 mil permite montar uma estufa) e mercado comprador garantido para o cogumelo cair no gosto dos agricultores que buscavam diversificação e, principalmente, renda extra. A atividade se alastrou pela região como rastilho de pólvora.

“O cogumelo é uma das atividades mais importantes do município. E que continua crescendo a cada dia. Quase 90 famílias estão envolvidas com o negócio”, destaca Antonio Arinaldo Rocha, secretário de agricultura de Tijucas do Sul. Para incentivar a cultura, a prefeitura colabora com o transporte do composto (uma mistura de palha de trigo, esterco de galinha,

farelo de soja, gesso agrícola e ureia, onde os cogumelos são cultivados) até as propriedades, assistência técnica, promoção de cursos e auxílio nas vendas.

João Nogaroto é um destes produtores que se envolveram com o cogumelo e que não o troca por nada. “Caiu do céu”, define. Em 2000, Nogaroto procurava algo para substituir a produção de hortaliças e a pecuária, principalmente depois que problemas de saúde o acometeram. “Bastante gente vem perguntar sobre o cogumelo, principalmente agora em época de crise. Eu sempre digo que dá para viver da atividade”, pontua.

Atualmente, Nogaroto administra duas estufas, com capacidade para produzir 500 quilos de cogumelos/mês. A produção é integralmente entregue para uma agroindústria de Colombo.

A grande virada

Presente na região há duas décadas, a produção de cogumelo registrou um salto em 2012, diante de dois fatores externos que acabaram impulsionando a atividade. Naquele ano, a empresa Diplomata fechou o abatedouro que mantinha no município de Mandirituba, distante 50 quilômetros de Tijucas do Sul. Um ano antes, por exigência da própria empresa, cerca de 140 produtores

havam realizado investimentos significativos na modernização dos aviários, o que gerou dívidas com bancos.

“Com a falência da empresa, os produtores ficaram na mão, com os barracões parados. Parte migrou para o cogumelo para usar a estrutura da granja”, relembra Oliveira.

Situação de Juliana Piske Precoma, que adotou o cogumelo como negócio permanente. Anteriormente, a atividade era paliativa, nos intervalos da produção de fumo. Quando não estava usando a estufa para dessecar a planta, o local abrigava os sacos de compostagem com fungo.

“O frango me deixou endividada. Além disso, já queria largar o fumo por conta das exigências. O cogumelo foi a saída”, diz Juliana, que já planeja a construção de mais duas estufas no aviário que está parado – os outros dois são usados para o plantio de morango.

Em paralelo à falência do frigorífico, 20 produtores que já estavam envolvidos na atividade fundaram a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cogumelos e Demais Produtos de Tijucas do Sul e Região (Coopertijucas). A empresa surgiu para dar segurança ao segmento, que tinha dificuldade na comercialização, principalmente com os atravessadores, fato que os desestimulava.

“Caso não existisse a cooperativa, a atividade estaria à mingua”, pontua o presidente da Coopertijucas, Eliobas de Jesus Leandro. “A cooperativa é um porto seguro com venda garantida da produção. Esse sucesso estimulou muitos produtores a investir, inclusive de outros municípios como Campo do Tenente, Quitandinha, São José dos Pinhais e Mandirituba”, complementa.

Atualmente, a Coopertijucas conta com 67 associados, que, juntos, produzem sete toneladas/mês, sete vezes mais que no ano de fundação, em 2012. 60% da produção são vendidos para Santa Catarina, enquanto o restante é distribuído pelo Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Atualmente, a cooperativa paga R\$ 12 por quilo aos produtores.

Negócio promissor

Os bons ventos que acolhem a produção de cogumelo permitem projetar voos mais ambiciosos. A Coopertijucas tem um projeto para dobrar a comercialização até o final deste ano. “Temos procura do Rio Grande do Sul, Espírito Santos, Goiás e Minas Gerais. Se tivesse mais para entregar, seria venda na certa”, destaca Eliobas.

Porém, o plano passa pelo investimento de R\$ 200 mil na compra de novos equipamentos para automatizar o processo de embalagem. Hoje, o sistema é praticamente artesanal, com os cogumelos, inteiros ou fatiados, sendo colocados de caneca nos sachês de 500 gramas e 1 quilo ou nos baldes de 2 quilos. Posteriormente, também de caneca, é adicionado à calda, antes da vedação da embalagem.

“Daí iríamos bombar. Se assim como está conseguimos crescer, mesmo com crise, com a automatização iremos crescer bastante”, diz o presidente da Coopertijucas. “Há 12 anos, a agricultura voltou a se destacar no município. A atividade tinha perdido espaço para madeira”, comemora Rocha.



Eliobas, da Coopertijucas, projeta aumento da produção de cogumelos até o término do ano



Oliveira: idealizador da produção de cogumelos em Tijucas

O pioneiro

Se o cogumelo é um negócio lucrativo, que cresce na região e permite à diversificação nas propriedades, os produtores pre-

cisam agradecer a José Pedro de Oliveira. Ele foi o pioneiro na atividade há duas décadas.

Naquela época, Oliveira decidiu deixar a fazenda onde trabalhava para apostar na produção própria. “Desde o início percebi que era uma atividade que tinha futuro. Sempre tinha comerciante de Curitiba que vinha atrás”, relembra.

O início foi com apenas uma estufa de 50 metros quadrados e o composto sendo produzido pelo próprio Oliveira. Hoje são três estufas, que permitem produzir 600 quilos de cogumelos/mês.

O vasto conhecimento sobre a cultura viabilizou o convite da prefeitura para que o pioneiro trabalhe com o consultor junto a outros produtores. “O pessoal da região não tem como investir em soja e milho porque é muito capital. O cogumelo permite esse investimento. É isso que estamos mostrando por aqui”, diz. “Nós estamos nos estruturando cada vez mais e nos tornando um polo de produção no Brasil. Planejamos chegar a 250 produtores”, pontua.

Mas Oliveira não descansa e quer ser pioneiro novamente. Após alguns testes, o produtor tem planos de começar a produção de outras variedades de cogumelos, como Shiitake, Shimeji e Pleurotus. “O Shimeji, por exemplo, vem duas toneladas de São Paulo para Curitiba todo mês porque ninguém produz. Basta começar para mais gente ir atrás”, ressalta.

Conheça as etapas de produção do cogumelo

1) A primeira etapa é a produção do composto, uma espécie de ‘berço’ para os futuros cogumelos. O composto é formado por palha de trigo, esterco de galinha, farelo de soja, gesso agrícola e ureia. Os sacos pesam 10 quilos. Atualmente, o material usado pelos produtores de Tijucas do Sul e região é produzido em Castro, nos Campos Gerais. Mas já há projeto de começar uma produção própria.

2) Posteriormente, o composto é levado para pasteurização. O produto fica numa espécie de forno a 60 graus durante quatro dias. Esse processo permite “matar tudo de ruim”, como descreve o produtor José Pedro de Oliveira.

3) Na sequência, sementes de trigo inoculadas com o fungo do cogumelo são colocadas no composto, como se estivesse plantando. O composto é levado para a estufa, onde permanece por 15 dias a uma temperatura de 25 graus.

4) Após essa fase, terra tratada de cobertura é colocada sobre o composto. Durante 11 dias, o material fica na estufa a uma temperatura de 18 graus e umidade de 85%. O fato de o clima de Tijucas do Sul ser bastante úmido, a 65%, colabora com o processo.

5) Mais 10 dias e o cogumelo está pronto para ser colhido. O trabalho é manual. Posteriormente, fica a critério do produtor se vende o cogumelo na forma in natura, em bandejas de isopor, ou faz o cozimento para entregar em barricas na cooperativa.



COMPOSTO



TEMPERATURA



COZIMENTO

O custo do cordeiro

Pesquisa encomendada pela FAEP aponta pontos fortes da cadeia no Paraná

Por Hemely Cardoso



No decorrer dos anos, a ovinocultura tomou um rumo diferente no Paraná, com a utilização de sistemas de produção mais intensivos e a organização da atividade em cooperativas. Com isso, a criação de ovinos se tornou uma boa alternativa para diversificar a renda nas propriedades. No entanto, diferentemente do que ocorre em outras cadeias produtivas, não havia levantamento real sobre os custos de produção envolvidos na ovinocultura paranaense. Diante disso, a viabilidade econômica da atividade criou uma dúvida nos produtores rurais. “Como o produtor vai investir em uma atividade se não há um estudo sobre o custo de produção e o retorno financeiro?”, questionou a presidente da Comissão Técnica de Caprinocultura e Ovinocultura da FAEP, Adriane Araújo Azevedo, em uma das reuniões no ano passado.

Mas, uma iniciativa da própria Comissão, em parceria com o Laboratório de Produção e Pesquisa em Ovinos e Caprinos (LA-POC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), coordenado pela

Professora Alda Lúcia Gomes Monteiro, pode definir novos rumos para a ovinocultura paranaense. Trata-se da tese de doutorado do médico-veterinário Elísio de Camargo Debortoli, “Determinação de custos de produção de cordeiros no Estado do Paraná”. O trabalho, fruto de estudo contratado pela FAEP, foi apresentado durante reunião da Comissão, no último dia 17 de maio.

A pesquisa revelou que a ovinocultura pode ser, sim, uma atividade rentável, desde que seja realizada com base em indicadores zootécnicos (taxa de natalidade, fertilidade, idade de abate, produção por quilo de carcaça, entre outros).

Ao longo de mais de um ano, Elísio e técnicos da FAEP percorreram em torno de 7 mil quilômetros pelo Estado, coletando e levantando informações em 25 propriedades rurais. O estudo foi dividido em sete etapas, em cinco regiões do Paraná: Norte-Central, Centro-Oriental, Centro-Sul, Sudoeste e Oeste (Londrina, Castro, Guarapuava, Pato Branco e Cascavel). Em cada região

foram analisadas cinco propriedades rurais.

O estudo identificou que as 25 propriedades apresentam características produtivas distintas. Segundo Elísio, a alimentação é o principal componente quando se trata dos custos de produção, seguido pelas despesas com mão de obra, assim como a viabilidade da atividade está totalmente ligada à gestão do negócio. “A ovinocultura é uma atividade rentável e, com certeza, vai crescer nos próximos anos. Mas, o produtor deve tomar cuidado na hora de investir e também ficar de olho nos custos de produção”, avaliou o médico-veterinário.

A pesquisa mostrou que o produtor de ovinos está na atividade, em média, há 14 anos, e que 56% deles têm curso superior completo. Em 96% das propriedades analisadas existe atividade agrícola, sendo a principal atividade econômica na maioria delas. Em seguida aparece a bovinocultura de corte (44%).

As propriedades que tiveram um bom desempenho financeiro são aquelas que apresentaram bons índices zootécnicos, fatores determinantes para eficiência e rentabilidade da atividade. No que se refere aos custos de produção, as que atingiram os melhores resultados foram aquelas onde ocorreu o aproveitamento dos insumos disponíveis (instalações pré-existentes, e coprodutos da agricultura na alimentação dos animais), os bons indicadores zootécnicos, o maior volume de produção, o uso da mão de obra familiar ou compartilhada com outras atividades, o rateio de custos fixos com outras atividades da propriedade e a preocupação com o

controle zootécnico e gerencial. “Essas características permitiram a eficiência no uso dos recursos disponíveis e, conseqüentemente, os melhores resultados. Esses produtores encaram a ovinocultura como uma forma de diversificar as atividades na propriedade, como uma fonte de renda complementar”, comentou Elísio.

Já quando se trata das propriedades que apresentaram os maiores custos de produção, observou-se a alta dependência de muitos recursos externos, especialmente os alimentares. Em uma delas, por exemplo, estava ocorrendo baixas taxas de natalidade (60%), com altas taxas de mortalidade de cordeiros neonatos (30,5%). “Esse aspecto está diretamente e fortemente relacionado à alimentação das ovelhas”, observou.

O zootecnista Guilherme Souza Dias, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, explica que o desconhecimento dos índices zootécnicos é o principal fator que compromete o gerenciamento da ovinocultura. “O produtor deve basear as decisões gerenciais no desempenho zootécnico de seu rebanho. Por exemplo, quando o plantel de animais apresenta uma baixa natalidade e/ou alta taxa de mortalidade de cordeiros, o produtor deve analisar a situação e tomar ações para corrigir o problema, lembrando sempre que os indicadores zootécnicos estão relacionados entre si. O manejo nutricional tem influência direta sobre a idade de abate, a taxa de natalidade, o peso ao desmame, entre outros. Portanto, o produtor deve estar ciente desta interação porque ela é fundamental para um bom desempenho financeiro”.



Reunião da Comissão Técnica de Caprinocultura e Ovinocultura no último dia 17 de maio

Etapas

Segundo ele, a primeira etapa da pesquisa envolveu a análise, como o ciclo de produção, ano civil e pecuário. Na segunda foram realizadas as coletas de dados nas propriedades rurais e a terceira fase envolveu o diagnóstico e inventário de bens e capital, com o tamanho da área ocupada pela ovinocultura, instalações (apriscos, cercas), máquinas, implementos e rebanho. Na etapa seguinte foi realizado um levantamento dos insumos que o produtor gasta durante um ciclo dos animais, como medicamentos, mão de obra, energia elétrica, entre outros. A quinta fase envolveu as receitas com a atividade: levantamento de cordeiros para abate, ovelhas de descarte, animais para reprodução e incremento do rebanho.

Na sexta etapa, ocorreu a aplicação de ferramentas de gestão, como todos os custos (fixos e variáveis) na atividade. A última fase envolveu a análise conjuntural do estudo, a elaboração de boletins técnicos e seminários de apresentação dos resultados. Além disso, Elísio desenvolveu uma planilha para o uso e controle dos custos de produção dos sistemas de produção de ovinos para carne. Esse sistema estará disponível para todos os ovinocultores interessados.

Conclusões

De acordo com o estudo, do total de 25 propriedades rurais analisadas, em dez delas, que possuem os sistemas mais eficientes de produção, o custo médio de produção total por quilo do animal vivo foi de R\$ 7,18.

A pesquisa concluiu que entre as 25 propriedades analisadas, 24 apresentaram saldo positivo em relação ao custo variável, ou seja, os custos com alimentação, assistência técnica, energia elétrica, transporte, despesas administrativas, entre outros. Dezenove propriedades (76%) apresentaram saldo positivo no que se refere ao custo operacional (depreciação de máquinas, equipamentos, benfeitorias e instalações). Dessa forma, os produtores estão conseguindo remunerar além dos custos variáveis as depreciações do sistema. Além disso, 11 propriedades (44%) apresentaram saldo positivo sobre os custos totais, isto é, remunerando inclusive a renda dos fatores de produção (a remuneração do capital investido no sistema de produção, bem como o custo de oportunidade de uso da terra).

“Este estudo é inédito e extremamente importante para o nosso setor porque o produtor vai perceber os seus pontos fortes e fracos, assim como o impacto sobre a remuneração da atividade”, destacou Adriane Azevedo, durante a reunião da Comissão da FAEP.

Para o presidente da Associação Ovinoforte, Luiz Fernando Coelho da Cunha Filho, de Londrina, o estudo representa um avanço para toda a cadeia produtiva. “Com essa realidade apresentada em 25 propriedades rurais, o produtor rural pode ajustar a produção e, certamente, melhorar a sua renda”, disse.

Pontos fortes e fracos

O aproveitamento de insumos disponíveis na propriedade (instalações pré-existentes, co-produtos da agricultura na alimentação animal); bons índices zootécnicos e maior escala de produção; mão de obra compartilhada entre atividades (ou familiar); rateio de custos fixos com outras atividades; e assistência técnica permanente, estão entre os fatores determinantes para se ter bons resultados.

Quando se trata dos pontos limitadores da cadeia produtiva, Elísio enumera: dependência de muitos insumos externos ao sistema (especialmente os ali-



Elísio de Camargo Debortoli, responsável pelo estudo

mentares); baixas taxas de fertilidade das ovelhas; altas taxas de mortalidade de cordeiros neonatos; altos valores imobilizados em instalações e equipamentos e pouca diversificação de atividades.

Mercado

Com um plantel de 643 mil cabeças de ovinos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) do ano de 2012 (a mais recente até agora), o Valor Bruto de Produção (VBP) da ovinocultura atingiu R\$ 70 milhões em 2014. O número é do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab).

O consumo de carne ovina está aumentando e hoje falta produto no mercado". Há demanda e o preços estão aquecidos no mercado. O produtor deve utilizar tecnologia, treinar mão de obra, fazer um planejamento forrageiro e se aliar a uma fonte que ajude na comercialização para trabalhar na atividade", avalia Adriane Azevedo, que também é presidente da CooperAliança no setor de cordeiros, em Guarapuava.

Desde 2007, a cooperativa atua na comercialização dessa carne e, ano a ano, a demanda só vem aumentando. "Só não vendemos mais porque falta matéria-prima", conta Adriane. Hoje, 45 produtores associados fornecem cordeiros à CooperAliança, que abateu 4.661 animais, com idade de 4,6 meses, ao longo de 2015. "Até o final de 2016 a meta é aumentar em 60% o número

de abates", acrescenta.

A situação não é diferente na Castrolanda Cooperativa Agroindustrial. Segundo o médico-veterinário Tarcisio Bartmeyer, coordenador de ovinocultura, 29 cooperados fornecem cordeiros à cooperativa, com um plantel de 6 mil matrizes. "Nossos cooperados estão cada vez mais preocupados no que se refere aos controles zootécnicos, a seleção e melhoramento genético do rebanho", acrescentando que no ano passado foram abatidos 3,5 mil cordeiros, com idade média de quatro meses.

Além dessas duas cooperativas, a Victa Cooperativa Agroindustrial Ovinos e Caprinos (C'victa), em Cascavel, e a Cooperativa SudCarnes, em Pato Branco, também atuam na comercialização de carne de ovinos.

Gargalos

Enquanto a produção de ovinos não acompanha alta demanda no Brasil, hoje importamos a carne principalmente do Uruguai. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do total importado pelo Brasil em 2014, cerca de 91,4% veio do país vizinho. Nesse mesmo ano, o Uruguai exportou 17,2 mil toneladas, sendo que 52,8% foram direcionadas para o mercado brasileiro.

Outro gargalo na cadeia produtiva é a informalidade na produção de carne, com os abates clandestinos.



Ovinocultura em números

- Enquanto o consumo de carne bovina atinge 37,4 quilos per capita, a de ovinos está na casa dos 0,40 quilos.
- O rebanho ovino soma 17,6 milhões de cabeças no país e o Rio Grande do Sul concentra o maior rebanho do Brasil, com 4 milhões;
- A gestação da ovelha dura cinco meses e se você cuidar bem do cordeiro, ele estará pronto para o abate em quatro meses.



FAZ BEM PRA SAÚDE?

O que andam dizendo de alguns alimentos e práticas que podem (ou não) combater doenças

Todo o tempo aparece alguma notícia sobre um alimento ou hábito que pode fazer bem ou mal para a saúde. Fica difícil acompanhar tudo o que se fala – até porque, muitas vezes, as conversas são contraditórias: uma revista publica que a manteiga faz mal por alguma razão, um programa de tevê divulga que ela é boa por outros motivos. A lista ao lado busca ser isenta, mas o leitor precisa se lembrar que, em grandes quantidades, qualquer coisa vai acabar fazendo mal.



PEIXE

A ingestão de peixe substitui o consumo de carne, que tem gorduras menos saudáveis. Só por isso já seria interessante comer peixe. Além disso, a carne do animal contém Ômega 3, um tipo de ácido graxo apontado como bom para o coração e o cérebro. Justamente por isso, nos últimos anos criou-se uma indústria de suplementos alimentares, que se baseia no óleo de peixe para produzir cápsulas de Ômega 3. Os resultados não foram tão bons – os cientistas hoje imaginam que a substância funciona melhor em conjunto com outras gorduras encontradas na carne de peixe.



PINHÃO

Cozido na panela de pressão ou sapecado na brasa, o pinhão é um dos grandes sucessos da temporada de inverno no Paraná. Melhor ainda saber que ele contém manganês, zinco, ferro, fibras e vitaminas C e E. Essas substâncias agem na resposta imunológica do organismo, ajudando na prevenção de diversas doenças e auxiliando no controle do colesterol e da diabete.



ÓLEO DE COCO

Recentemente, diversas pessoas vêm substituindo o óleo de soja e outros similares pela gordura de coco, que teria diversas propriedades antioxidantes. Os especialistas não são tão entusiasmados. "Alguns estudos realmente mostraram que o tipo

da gordura do óleo de coco poderia beneficiar a pessoa que quer perder peso, desde que associado a dieta e exercício físico. Mas ele é rico em gordura saturada, que tem o poder de formar placas de gordura nas artérias, tem ação pró-inflamatória e pode aumentar os níveis de colesterol ruim no sangue", disse a professora Petra Mirella Theiss, do curso de Nutrição da Universidade Tuiuti do Paraná, em reportagem da Gazeta do Povo.



CHOCOLATE

Claro que contém muitas calorias e, sendo doce, engorda. Seus defensores, entretanto, observam que o chocolate contém substâncias que favorecem o fluxo de sangue arterial (sendo positivo, então, no combate à aterosclerose e outros males), e que pode até aliviar as dores. Seu principal efeito está no metabolismo da endorfina e da dopamina, substâncias relacionadas ao relaxamento.



LIMÃO

Conhecido como poderosa fonte de vitamina C, o limão é também rico em outros diversos nutrientes essenciais para a saúde, como vitaminas B1, B2, B3, cálcio, magnésio, fósforo, ferro, cobre, entre outros. Por isso, acredita-se que o limão ajuda a combater inflamações, previne doenças do sistema nervoso e cardiovasculares, curam distúrbios respiratórios e auxilia na digestão. Uma boa forma de perder peso, dizem, é beber água morna com limão, que possui

ação diurética e auxilia no emagrecimento de uma forma saudável.

Pode até ser, mas é difícil negar que uma boa limonada com bastante gelo tem sabor melhor...



ADOÇANTES

Uma reportagem publicada no site da emissora britânica BBC aponta que a maior parte dos adoçantes não chega a entrar na corrente sanguínea e é transformado em outras substâncias rapidamente – em resumo, não fazem mal nem bem. Alguns, porém, podem apresentar efeitos colaterais, especialmente em pessoas sensíveis à formulação. O xilitol, presente em balas e chicletes sem açúcar, é um tipo de carboidrato que, se consumido em excesso, pode provocar diarreia. Aliás, o consumo de xilitol por animais de estimação deve ser totalmente proibido: ele é tóxico para cães, podendo provocar rápidas quedas no nível de glicose no sangue e também danos ao fígado.



SONECA

O responsável pelo serviço de Medicina do Sono do Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, Maurício Bagnato diz que um cochilo depois do almoço não é um capricho, mas sim uma necessidade fisiológica. "A sesta é muito boa para o corpo porque a temperatura abaixa após o sono. Ele precisa ter duração máxima de meia hora e dá uma boa restaurada. Isso faz parte do ser humano. O corpo pede esse descanso", diz.

Segurança para produtores e agroindústrias

Regulamentação, fruto da pressão da FAEP, garante proteção jurídica aos sistemas integrados



Depois de anos de incertezas, produtores e agroindústrias terão mais segurança jurídica para trabalhar. O Diário Oficial da União da última terça-feira (17/5) publicou a sanção da chamada Lei da Integração (Lei nº 13.288/2016). Apresentada originalmente em 2011, a proposta esteve parada durante anos, até que a FAEP pressionou os parlamentares para apressar sua tramitação. “Foi uma vitória importante, porque a nova lei estabelece uma relação mais equilibrada entre os produtores rurais e as agroindústrias integradoras. O produtor agora tem proteção legal contra o poder econômico das grandes empresas”, comemora o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette. “Na

prática, a nova lei coloca o produtor rural como coautor no processo produtivo, pois participa diretamente da cadeia”, diz.

O projeto original, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), passou por diversas discussões ao longo dos últimos cinco anos, inclusive envolvendo entidades representativas de diversos elos das cadeias produtivas do agronegócio, até a redação de consenso, na forma do substitutivo apresentado pelo deputado Valdir Colatto (PMDB/SC).

Pela redação final, sancionada pelo presidente em exercício, Michel Temer, o produtor se responsabiliza por parte do processo produtivo e divide os riscos de mercado com a integradora, nas

suas devidas proporções. Os resultados obtidos condizem com a participação do produtor no processo produtivo.

“Antes, cada agroindústria redigia um tipo de contrato, sem seguir orientações estabelecidas por lei, até porque não existia lei que regulamentasse isso. Então os produtores ficavam reféns das cláusulas estabelecidas pelas agroindústrias. O valor pago ao produtor também não seguia um valor de referência, que agora está previsto em lei”, ressalta Ariana Weiss Sera, médica-veterinária do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

A nova lei era necessária porque a falta de uma regulamentação para as relações comerciais vinha gerando disputas judiciais entre as partes. Muitas vezes, essas disputas resultavam em dívidas financeiras, descumprimento de prazos e até descontinuidade no fornecimento de insumos. Agora, diante das regras estabelecidas, os dois setores podem firmar parcerias com base em um padrão de contrato estabelecido por lei, o que garante base legal e segurança para a produção agropecuária brasileira.

Ainda neste âmbito, a nova lei cria a Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC), estabelecida em cada unidade industrial, de forma paritária. Cada Comissão será o local onde a integradora e os integrados poderão discutir sobre qualquer assunto relacionado a produção e a integração, desde qualidade de insumos, alojamento de animais, qualidade de pintainhos, leitões, entre outros fatores.

A partir da publicação, a lei ainda estabelece, no prazo de seis meses, a criação do Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO)

que irá reger as CADECs. O projeto é um Fórum para cada cadeia produtiva que está no sistema de integração (aves, suínos, tabaco, citros etc). Esses Fóruns terão seis meses para estabelecer uma metodologia para cálculo de valor referência que será utilizada e aplicada pelas CADECs para cada unidade industrial. Esse valor irá balizar o repasse financeiro aos produtores integrados.

Dentro do agronegócio nacional, todas as cadeias que atuam no sistema de integração serão impactadas de forma positiva pela nova lei. A expectativa é de que, a partir de agora, as relações contratuais entre produtores e agroindústrias sejam realizadas de forma clara e protegida juridicamente. “A lei afetará positivamente tanto as integradoras quanto os integrados, de todas as cadeias que operam no sistema de integração do país”, reforça Ariana.

Contratos

A lei determina que os novos contratos entre produtores e agroindústrias precisam constar a participação econômica de cada parte, atribuições, compromissos e riscos financeiros, deveres sociais, requisitos ambientais e sanitários, descrição do sistema de produção, padrões de qualidade e as exigências técnicas e legais para a integração. No documento também devem constar as condições para acesso de qualquer empregado do integrador (indústria) às áreas de produção na propriedade rural, assim como o inverso, do produtor às dependências das instalações industriais.



“A mudança não se dá por decreto”

Capacitação do Programa Agrinho desafia professores a buscar transformações nos paradigmas da educação



Festa de premiação do programa Agrinho no final de 2015: transformação pela educação

“A mudança de paradigma na educação não se dá por decreto”. A frase da doutora em educação Marilda Aparecida Behrens teve como destino os professores da rede pública estadual de ensino que participaram, no último dia 13 de maio, em Curitiba, de uma capacitação para utilização da metodologia do Programa Agrinho, do SENAR-PR.

Na ocasião, a professora apresentou aos participantes a palestra “Metodologia de projetos como procedimento para aprender e ensinar gerando produção do conhecimento numa visão complexa”. Segundo Marilda, hoje o modelo cartesiano de educação que norteia as práticas pedagógicas da maioria das escolas e universidades se baseia em quatro ações: escute, leia, decore repita. Esse paradigma tradicional de educação, segundo ela, é bom para formar “alunos papagaios”, que repetem aquilo que aprendem, mas que não interiorizam este conhecimento.

Segundo ela, para mudar esse paradigma é necessário levar essa discussão para a classe docente, para que a ideia amadu-

reça. Por isso a importância do contato com os professores que participam do Programa Agrinho. “Se o professor não entende a concepção que está caracterizando aquela prática, ele não muda. A mudança não se dá por decreto”, atesta.

A proposta da educadora é que os presentes busquem uma visão interdisciplinar, fugindo do modelo tradicional em voga, que divide o conhecimento de forma artificial, em ciências humanas, ciências jurídicas, exatas, etc. “Hoje nós ensinamos o fragmento do conhecimento para o aluno. Trabalhamos um conteúdo tão isolado, tão fragmentado, que não tem sentido para aquele aluno”, comenta. Segundo ela, é necessário hoje interligar estas diferentes áreas do conhecimento e adotar um novo paradigma de educação, que reconecte a visão racional com a visão emocional.

Ao longo da palestra, Marilda apresentou a metodologia desta nova proposta de educação e apontou os caminhos a serem trilhados pelos docentes. O evento faz parte de um calendário elaborado pelo SENAR-PR e pela Secretaria de Estado da Educação

(Seed) para capacitar 4,5 mil professores e pedagogos de todo o Estado para utilização da metodologia do Programa Agrinho.

Além da palestra da doutora Marilda Behrens, realizada pela manhã, à tarde os professores assistiram à palestra da professora Lucymara Carpim, também doutora em Educação, que tratou do tema “Aprendizagem Colaborativa”. Nesta proposta, os membros de um grupo discutem e negociam um processo, coordenando esforços para solucionar problemas conjuntamente. “Nesse processo de produzir colaborativamente, o aluno passa a ser um construtor do próprio conhecimento. Ele pode se envolver de tal maneira com isso, que vai buscar novas informações, novas orientações, e você, como professora, acaba sendo um mediador para que a aprendizagem significativa se consolide”, afirma Lucymara.

Outros seminários estão programados para ocorrer em outras cidades conforme calendário abaixo.

O objetivo com estas ações é promover a

formação continuada dos docentes, propiciando acesso às bases teóricas do programa. Desenvolvido há 21 anos pelo SENAR-PR, o Agrinho trabalha nas escolas temas transversais, como saúde, segurança pessoal e ambiental. A iniciativa é reconhecida internacionalmente e seu sucesso levou-a a ser replicada em diversos Estados brasileiros.



PROGRAMA AGRINHO 2016

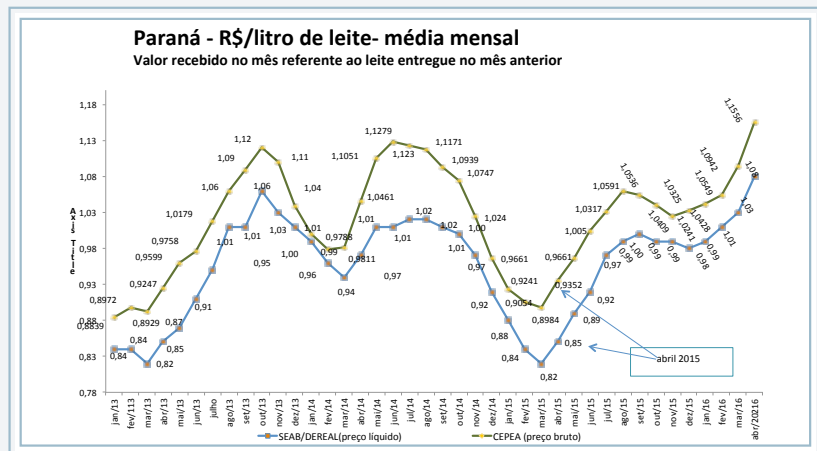
Agenda seminários regionais

Palestra Magna / Tema	Terça-feira	Quarta-feira
MANHÃ - EVELISE PORTILHO Estilos de aprendizagem e ensino na formação continuada	24/05 NRE - UMUARAMA	25/05 NRE - CIANORTE
TARDE - SUZETE TEREZINHA ORZECOWSKI Aprendizagem Colaborativa		
MANHÃ - MARCOS SILVA Pedagogia da transmissão e sala de aula interativa	31/05 NRE - LOANDA	01/06 NRE - PARANAVÁÍ
TARDE - LUCYMARA CARPIM Aprendizagem Colaborativa		
MANHÃ - CLEVERSON ANDREOLI Dinâmica planetária e sustentabilidade	07/06 NRE - PATO BRANCO	08/06 NRE - FCO. BELTRÃO
TARDE - SUZETE TEREZINHA ORZECOWSKI Aprendizagem Colaborativa		
MANHÃ - ARACI ASSINELLI DA LUZ Adolescência, metodologias de ensino e desenvolvimento humano	14/06 NRE - PATO BRANCO	15/06 NRE - PATO BRANCO
TARDE - SUZETE TEREZINHA ORZECOWSKI Aprendizagem Colaborativa		

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 05/2016

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 16 de maio de 2016 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em abril de 2016 e a projeção dos valores de referência para o mês de maio de 2016, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2016

Matéria-Prima	Valor Projetado em abril/2016	Valor Final abril/2016	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,0410	1,0471	0,0061

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - ABRIL/2016 E PROJETADOS PARA MAIO/2016

Matéria-Prima	Valores Finais abril/2016	Valores Projetados em maio/2016	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,0471	1,0792	0,0321

(*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Furrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite PADRÃO", que se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas /ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de maio de 2016 é de

R\$ 1,9821/litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 16 de maio de 2016

WILSON THIESEN Presidente | **RONEI VOLPI** Vice - Presidente

Encontro na CNA

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, participou de um almoço com o novo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, na última quarta-feira (18), na sede da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em Brasília. Na ocasião, as lideranças do setor agropecuário entregaram ao ministro um documento contendo as principais propostas para a evolução do setor.

Segundo Maggi, sua gestão deverá ter como foco principal a melhoria na renda do produtor. Para que isso aconteça é preciso pensar em medidas “da porteira para fora”, como a melhoria das condições logísticas para o escoamento da produção.



Ágide Meneguette, João Martins (CNA) e Blairo Maggi

Orientações para renegociação

Os produtores que enfrentaram problemas climáticos e/ou dificuldades financeiras em razão dos preços abaixo do custo de produção podem solicitar a renegociação do pagamento, conforme o Manual do Crédito Rural (MCR). A norma possibilita a prorrogação de dívidas da maioria das linhas de financiamento. Porém, há linhas que não estão contempladas no MCR, dependendo geralmente da fonte de recursos.

Diante da situação, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) disponibilizou o documento no site (www.sistemafaep.org.br) com as orientações aos produtores que não tiveram acesso ao seguro agrícola, Proagro e outros mecanismos de mitigação de riscos e modelos de cartas de renegociação das parcelas de custeio ou investimento.

O arquivo também inclui o modelo de laudo técnico recomendado na entrega dos pedidos de prorrogação de dívidas para comprovar a incapacidade de pagamento do produtor.



Expedição Safra revisa projeção

A Expedição Safra, projeto do Núcleo de Agro-negócio da Gazeta do Povo em parceria com o Sistema FAEP/SENAR-PR, encerrou a jornada da temporada 2015/16 revisando para baixo os indicadores de produtividade, em função das perdas por causa da seca causada pelo El Niño. Mesmo assim, a produção brasileira de grãos deve atingir 210 milhões de toneladas. De acordo com os números do projeto, serão 98,4 milhões de ton de soja e 80 milhões de ton de milho – 29 mi/ton na safra de verão e 51 mi/ton na safrinha. Os dados foram apresentados durante o encontro técnico de encerramento, na última quarta-feira (19), em São Paulo.

Cornélio Procópio**Máquinas Colhedoras**

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio realizou nos dias 28 e 29 de janeiro deste ano o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - Regulagem de Colhedoras Automotrizes - Intermediário (colhedora). Participaram 13 produtores rurais com o instrutor Claudio José Zunta.

Marmeleiro**Apicultura**

O Sindicato Rural de Marmeleiro realizou nos dias 17, 18 e 31 de março e no dia 1º de abril o curso Trabalhador na Apicultura - apicultura I. As práticas foram realizadas na propriedade do Sr. Iraci Magro. Participaram 10 produtores rurais com o instrutor Luiz Carlos Boaretto.

São Mateus do Sul**Conservas**

O Sindicato Rural de São Mateus do Sul realizou nos dias 6 e 7 de abril, em sua extensão de base no município de Antônio Olinto, o curso Produção Artesanal de Alimentos - Conservas molhos e temperos. A iniciativa contou com a parceria do CRAs do município. Participaram 14 pessoas com a instrutora Joelma Kapp.

Nova Londrina**Posse**

No último dia 29 de abril, tomou posse a nova diretoria do Sindicato Rural de Nova Londrina. Foram empossados Gilson Thimoteo Leitão como presidente, Gino Yukihiro Condo como vice-presidente, Antonio dos Santos Pires como secretário e Alessio Roman como tesoureiro. O diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, prestigiou a cerimônia de posse.

Porecatu**NR 31.8**

O Sindicato Rural de Porecatu realizou nos dias 1º, 8 e 9 de abril, na Fazenda Candiolinda, o curso NR 31.8, que contou com 10 participantes. O instrutor foi Eder Paulo Arrabal Arias.

São João**Assembleia Geral**

O Sindicato Rural de São João realizou no dia 1º de abril, sua Assembleia Geral Ordinária. O evento foi realizado na Associação Atlética Coasul. Participaram 90 pessoas entre associados e convidados.

Cianorte**Empreendedor Rural**

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com o SENAR-PR, promoveu no último dia 7 de abril uma capacitação do Programa Empreendedor Rural. A iniciativa reuniu 20 participantes. A instrutora foi Michele Carla Roco Piffer.

Bandeirantes**Orgânicos**

O Sindicato Rural de Bandeirantes realizou nos dias 9 e 16 de abril o curso Trabalhador na Agricultura Orgânica - olericultura orgânica, voltado a produtores e trabalhadores rurais dos municípios de Bandeirantes, Itambaracá e Santa Amélia. Foram 15 participantes com o instrutor André Albanese.



Cereais

O médico John Harvey Kellogg pretendia melhorar a vida dos cidadãos quando começou a fabricar flocos de milho (em inglês, corn flakes, expressão pela qual o alimento é conhecido até hoje no Brasil) em uma fabriqueta junto ao seu hospital, em fins do século XIX. A invenção fez tanto sucesso que, em 1913, havia mais de 100 fabricantes instalados na região onde Kellogg vivia, no Estado de Michigan.

O doutor, entretanto, queria que as pessoas fizessem seus flocos de milho em casa e nunca concordou com seu irmão Will, que abriu uma fábrica usando o nome da família – hoje, o maior fabricante desse produto no planeta.

Sopa estragada

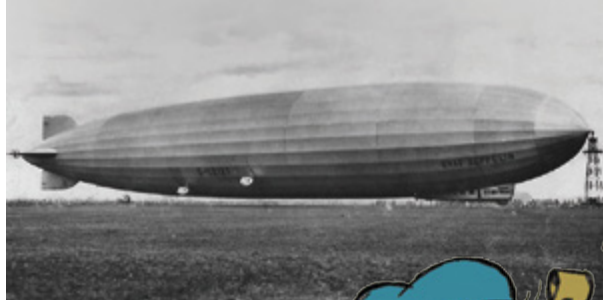
Três homens foram capturados por uma feroz tribo de canibais. Foram amarrados e presos em um enorme caldeirão, para cozinhar. De repente, um deles começou a gargalhar.

— Está louco? — perguntaram os outros. — Não está entendendo que vai ser morto e comido?

— Desculpem — explicou o outro com um sorriso maroto —, mas é que eu acabei de fazer xixi na sopa deles...

Dirigíveis

O primeiro objeto voador a dar a volta ao mundo não foi um avião, mas um dirigível – aqueles enormes balões rígidos de hidrogênio que foram relativamente populares na primeira metade do século passado. O Graf Zeppelin fez a viagem épica em 112 horas, em 1929. A era dos dirigíveis no transporte de passageiros acabou em maio de 1937, com a explosão do Hindenburg – a maior máquina voadora já construída até hoje, com seus 245 metros de diâmetro. Cinco meses antes, o mesmo gigante havia passado pelo Paraná, sobrevoando cidades como Curitiba e Ponta Grossa.



Marion?

Conhecido como um dos homens duros do faroeste, o ator John Wayne não gostava de seu nome de batismo. Ele nasceu em 1907 e recebeu o nome de Marion Robert Morrison – Marion é um nome ambivalente, mas usado como feminino na maior parte das vezes.





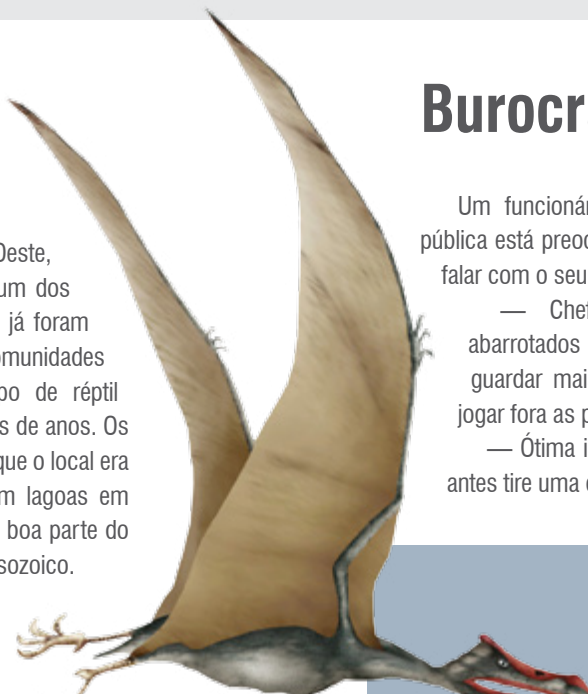
Chupando Manga

A expressão “cão chupando manga” normalmente é usada para descrever alguma coisa muito feia. Só que a leitora Thainá, de 14 anos, de Sarandi, viu seu cachorro Fofinho chupando manga e achou... fofinho! E não é que ela tem razão?

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo e-mail: imprensa@faep.com.br

Oásis no Oeste

A região de Cruzeiro do Oeste, no Noroeste do Paraná, é um dos três locais do mundo onde já foram encontrados fósseis de comunidades de pterossauros – um tipo de réptil voador extinto há 65 milhões de anos. Os paleontologistas acreditam que o local era uma espécie de oásis, com lagoas em meio ao deserto que cobria boa parte do Sul do Brasil no período Mesozoico.



Burocracia

Um funcionário de uma importante repartição pública está preocupado com a falta de espaço e vai falar com o seu superior:

— Chefe, os nossos arquivos estão abarrotados de documentos, não tem onde guardar mais nada. Será que não poderíamos jogar fora as pastas com mais de vinte anos?

— Ótima ideia! — responde o chefe. — Mas antes tire uma cópia de cada papel...

Espinafre

O personagem Popeye foi criado em 1929, como protagonista de uma tira de quadrinhos publicada nos jornais. Quatro anos depois, passou a estrelar filmes curtos para o cinema. A inspiração do marinheiro forçado veio de um homem que o cartunista Elzie Segar conheceu na infância. Originalmente, sua energia não vinha do espinafre, nas dos poderes de uma galinha mágica – a verdura só entrou em cena em 1933.

Popeye também foi o primeiro personagem de quadrinhos a ganhar uma estátua. Ela foi levantada em 1937 em Crystal City, no Texas por – adivinhe... – um grupo de agradecidos produtores de espinafre.



Pentágono

O Pentágono é o prédio que sedia o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O nome vem do formato do edifício, um bloco com cinco lados e uma praça central. Tem 600 mil metros quadrados, que abrigam 23 mil funcionários. Foi inaugurado em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial – na época, a ideia era concentrar todos os comandos militares do país em um só local, para facilitar a tomada de decisões.





GAIVOTAS OU BALEIAS?

A pequena gaivota foi à praia para comer seus peixinhos caranguejo. Uma baleia viu a cena e chamou:

— Ei, passarinho! Não te quero na minha água! O mar pertence às baleias!

— O mar também pertence às gaivotas — respondeu ela. E há muito mais gaivotas do que baleias. Vê se me deixa em paz!

A baleia ficou com raiva. Furiosa, decretou:

— Vou chamar as minhas irmãs. Você vai ver!

Nadou de um lado para o outro e dezenas de baleias começaram a aparecer. A gaivota ficou alarmada.

— Você tem mesmo muitas irmãs! Mas espere que eu vou chamar as minhas irmãs gaivotas!

E saiu voando e piando. Foi atendida por milhões de companheiras, que cobriram a praia inteira!

Havia mais pássaros ou mais baleias? Era impossível dizer. Então as baleias tiveram uma ideia.

— Se as baleias comessem a terra toda, morreriam sem ter onde pousar. Haveria então mais baleias do que gaivotas!

As baleias começaram a mastigar a areia da praia. Mas uma gaivota também teve uma ideia.

— Se os pássaros bebessem toda a água do mar as baleias morreriam! Então haveria mais gaivotas do que baleias!

Cada pássaro enfiou o bico na água e começou a beber. Como é mais fácil beber do que mastigar, os pássaros acabaram a sua tarefa primeiro. As baleias estavam morrendo por falta de água. Os peixes também. Os caranguejos, as estrelas-do-mar, todas as criaturas marinhas estavam à morte. Os pássaros perceberam que lhes faltaria comida e eles também morreriam.

— Rápido! Cuspam a água! Cuspam fora o oceano!

Desesperadamente, os pássaros devolveram todo o oceano ao seu lugar. As baleias começaram de novo a mover-se, assim como os peixes, os caranguejos e as estrelas-do-mar.

— Esta guerra foi uma péssima ideia — disse aquela primeira baleia. — Existe mar suficiente para todos nós!

E cuspiram de volta a areia toda. E até hoje nunca ninguém descobriu se há mais baleias ou mais gaivotas. Não que isso interesse, realmente. No fundo, é uma razão muito boba para começar uma guerra...



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico
- Falecido
- Ausente
- Não procurado

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



SISTEMA FAEP/SENAR-PR

FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br
SENAR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

A versão digital deste informativo
está disponível no site:

sistemafaep.org.br